

Ata nº 8/2025

23 de junho de 2025

----- Aos vinte e três dias do mês de junho de dois mil e vinte e cinco, pelas catorze horas e trinta minutos, reuniu o Conselho Geral (CG) do Instituto Politécnico de Coimbra (IPC), em sessão ordinária, nos Serviços Centrais (SC) do IPC, presidido pelo seu Presidente, Filipe Precês. -----

Estiveram presentes os Conselheiros e Convidados que assinaram a folha de presenças anexa a esta ata (Doc. 1). Participaram também na reunião por videoconferência (<https://videoconfcolibri.zoom.us/j/94851789956>), os Conselheiros Ana Lúcia Baltazar, Artur Mateus, Margarida Diogo, Maria Fernanda Antunes, Pascoal Martins da Silva, Pedro Santos, Rui Mendes e Rui Gonçalves, bem como os Convidados Graciano Paulo, Mário Velindro, Rui Amaro e Rui Antunes (Doc. 2). Justificaram a sua ausência, até à hora de início da reunião, os Conselheiros Andreia Dias, Duarte Nuno Vieira e Jani Dimas

(Doc. 3). -----

----- A ordem de trabalhos (OT) foi a seguinte: -----

----- **A) INFORMAÇÕES:** -----

----- **Ponto 1 – Informações;** -----

----- **B) DELIBERAÇÕES:** -----

----- **Ponto 2 – Apreciação da proposta do valor das propinas para o ano letivo 2025-2026: 1º Ciclo, 2º Ciclo, CTeSP e Estudante Internacional;** -----

----- **Ponto 3 – Apresentação do Relatório de Atividades do IPC de 2024.** -----

----- **Ponto 4 – Apresentação das Contas Consolidadas do IPC de 2024.** -----

----- **Ponto 5 – Outros assuntos.** -----

----- Verificando-se a existência de quórum, o Presidente do Conselho Geral (PCG), Filipe Precês cumprimentou os Conselheiros e os Convidados presentes e deu início à reunião. -----

----- **A) INFORMAÇÕES** -----

----- **Ponto 1 – Informações.** -----

----- O PCG deu a palavra ao PIPC que informou que estão a ser enviados os convites para a cerimónia do Dia do IPC, no dia 9 de julho, e que nos próximos dias serão também enviados os convites para a tomada de posse da nova Presidente do IPC que acontecerá no dia 16 de julho. -----

----- **B) DELIBERAÇÕES:** -----

----- **Ponto 2 – Apreciação da proposta do valor das propinas para o ano letivo 2025-2026: 1º Ciclo, 2º**

Ciclo, CTeSP e Estudante Internacional. O PCG deu a palavra ao PIPC que fez uma breve apresentação da proposta do valor de propinas para o ano letivo 2025-2026, para os cursos de 1º Ciclo, 2º Ciclo e CTeSP, e para os Estudantes Internacionais, referindo que há apenas duas alterações face ao ano anterior: o valor da propina do 2º ciclo dos cursos do ISCAC e o valor da propina dos estudantes internacionais (Doc. 4). De seguida o PCG deu a palavra aos Conselheiros. O Conselheiro Nuno Cid questionou a razão destas alterações, tendo o PIPC informado que as propinas são uma opção das Escolas e que no caso dos estudantes internacionais o valor é fixado em função da procura de cada curso, e que nos mestrados o valor tem a ver com a relação entre a procura e os custos dos cursos. Interveio a Conselheira Fernanda Coutinho que focou os seguintes aspetos: haver um número considerável de cursos no IPC que não aceitam alunos internacionais, o que não beneficia a estratégia de internacionalização; a importância de assegurar as condições adequadas para os cursos que recebem esses estudantes, nomeadamente disponibilizando unidades curriculares lecionadas em inglês; relativamente à perceção externa da oferta formativa do IPC, a circunstância de existirem duas Escolas que, para o mesmo curso praticam valores de propina distintos para os estudantes internacionais, e o facto de haver um curso de mestrado com uma propina mais baixa do que a licenciatura correspondente. A Conselheira Fernanda Coutinho referiu ainda que se verifica uma aparente desarticulação entre as diversas UOE no que respeita à atualização ou manutenção dos valores das propinas para estudantes internacionais, entendendo ser pertinente promover uma reflexão sobre a política de propinas e de internacionalização, por forma a garantir coerência e uma imagem institucional credível junto do público-alvo internacional. O PIPC salientou que o valor das propinas é proposto pelas UOE no quadro da sua autonomia estatutária. Em relação às vagas para os estudantes internacionais, o PIPC referiu que há razões que justificam as diferentes opções, dando como exemplo a ESTeSC que não abre vagas para estudantes internacionais para cursos que não existem no estrangeiro e que, portanto, não têm procura por parte destes estudantes, ou os cursos que preenchem todas as vagas pelo concurso nacional de acesso nos quais, por esse motivo, não são reservadas vagas para os estudantes internacionais. Não havendo mais intervenções, o PCG colocou a votação a proposta de valor de propinas para o ano letivo 2025-2026, tendo a mesma sido aprovada por maioria dos conselheiros presentes com vinte e sete votos a favor e uma abstenção da Conselheira Fernanda Coutinho. -----

----- O PCG informou que, por sugestão do PIPC, os pontos 2 e 3 da ordem de trabalhos iriam ser discutidos em conjunto. -----

----- **Ponto 3 – Apresentação do Relatório de Atividades do IPC de 2024 e Ponto 4 – Apresentação das Contas Consolidadas do IPC de 2024.** O PCG deu a palavra ao PIPC que fez uma breve apresentação dos

documentos (Doc 5 e Doc. 6), destacou as atividades mais relevantes de 2024 e fez o ponto de situação nas seguintes áreas: projetos PRR, ensino, internacionalização e investigação, ligação à comunidade, responsabilidade social e solidariedade, ação social e situação orçamental, disponibilizando-se para prestar esclarecimentos sobre os dois documentos. Pelas quinze horas entrou na reunião o Conselheiro Paulo Mota. O PCG abriu espaço para discussão dos assuntos. Interveio o Conselheiro Rui Costa que perguntou se haveria indicadores com que o IPC se pudesse comparar às restantes Instituições de Ensino Superior e que pudessem constar dos documentos. O PIPC informou que o relatório não foi preparado nesse sentido, mas que é possível obter esses dados e fazer essas comparações, dando como exemplo a atratividade das Instituições. De seguida interveio a Conselheira Carla Henriques que referiu que os dados do relatório de contas estão apresentados de forma muito agregada o que não permite uma análise mais pormenorizada e questionou o PIPC sobre a despesa com deslocações e estadas pretendendo saber a que se referia e qual a taxa de retorno, bem como informação sobre a despesa com publicidade. O PIPC informou que a grande maioria das deslocações são pagas por verbas de projetos e das relações internacionais e não pelo orçamento de estado. Quanto ao indicador de retorno, o PIPC deu o exemplo das deslocações ao Brasil, integradas nas missões do CCISP, em que são gastos em média 40.000 euros por ano, verificando-se que se se trouxer 50 estudantes estes representam 100.000 euros de propinas. Em relação à despesa com publicidade, o PIPC esclareceu que é o custo de manter a marca IPC, sendo que grande parte do valor tem a ver com a assessoria de comunicação. Seguidamente interveio o Conselheiro Mário Sacramento que salientou que a adoção da contabilidade de gestão é indispensável numa organização e que traria mais clareza. O PIPC informou que a contabilidade de gestão começou a ser implementada em 2024 e que está a funcionar em pleno desde janeiro de 2025, pelo que os próximos relatórios já poderão ser feitos com maior precisão e permitirão retirar um conjunto de indicadores. De seguida interveio o Conselheiro Nuno Cid que referiu sentir falta de explicações ao longo do RA. Deu como exemplo a indicação de 48% de metas que não foram cumpridas, que não é acompanhada de uma análise crítica da situação nem de uma indicação de medidas corretivas. O Conselheiro Nuno Cid salientou que também há um desequilíbrio muito grande entre Unidades Orgânicas (UO). Considerou ainda que importa rever a gestão organizacional, rever as prioridades operacionais e investir na digitalização. O PIPC referiu que estamos muito adiantados do ponto de vista da digitalização, informou que a definição de metas por Escolas tem a ver com as autonomias estatutárias, considerando que a Instituição tem de ponderar em termos futuros o que pretende fazer, ter uma estratégia global ou continuar a ter a estratégia de cada Escola. Seguidamente interveio a Conselheira Susete Fetal que realçou o facto de dois objetivos estratégicos: Objetivo 2 – Melhorar a oferta formativa e a qualidade do ensino e Objetivo 11 –

melhorar as infraestruturas físicas e digitais terem 0% das metas anuais atingidas ou superadas. Tendo já sido prestadas explicações sobre o objetivo 2, solicitou esclarecimentos em relação ao objetivo 11.

Questionou também o aumento de 34% no orçamento do Centro Cultural Penedo da Saudade (CCPS) e de 33% nos Serviços Centrais (SC), o número de investigadores integrados em unidades de investigação que diminuiu quando havia uma perspetiva de aumento, e solicitou informações sobre a situação da Escola de CTeSP. O PIPC esclareceu que em relação ao objetivo 11 se trata de um erro que irá ser corrigido, que o aumento do orçamento do CCPS tem a ver com a transferência das despesas, nomeadamente com salários, que passaram a ser pagas por esta UO, e que o aumento do orçamento dos SC acontece porque há muitos projetos que estão a ser geridos nos SC. Em relação à investigação esclareceu que o movimento que houve teve a ver com a necessidade de termos centros próprios para alavancar a investigação. Considera que há um *downgrade* inicial, mas que daqui a poucos anos estaremos em condições não só de acreditarmos os centros que já temos, mas de acreditar outros que, entretanto, forem criados. Em relação à Escola de CTeSP o PIPC informou que a criação de uma nova UOE sofreu a contestação das Escolas, pelo que foi decidido que a Escola não ia existir enquanto UO. Quanto ao edifício, o PIPC informou que este sofreu das vicissitudes do Espaço U, onde estava integrado inicialmente, e da contestação da ESAC que não queria a Escola no seu campus, e que posteriormente foi feito um projeto para construir o edifício no ISEC, requalificando um edifício já existente. No entanto, em março o Ministério informou que ia retirar a verba dado que o projeto não estava executado. A solução encontrada foi imputar a despesa da Casa do Bispo ao projeto do PRR e instalar a Escola de CTeSP no r/c da Casa do Bispo. O Conselheiro Nuno Cid questionou se a verba diz respeito apenas a construção ou também a equipamento, tendo o PIPC informado que há verba para equipamento e que tem estado a ser distribuída pelas escolas. Na sua intervenção, o Conselheiro José Pedro Silva começou por salientar a importância da digitalização como alavanca de transformação, referindo que a digitalização trouxe uma mudança radical no IPC, que é um instrumento valioso, mas que a partir dela é fundamental implementar um sistema eficaz de comunicação e acesso à informação. O Conselheiro José Pedro Silva considerou também que é crucial recolher informação relevante para apoiar a tomada de decisão, dando como exemplo a discussão sobre a criação de uma escola de CTeSP — cuja alternativa era criar uma escola de doutoramentos — onde teria sido relevante envolver todas as partes interessadas, entendendo que deveria haver processos de discussão para a tomada de decisão. Referiu ainda que o elevado número de investigadores integrados nos centros poderia ter sido mais bem aproveitado, estimulando a criação de novas dinâmicas de investigação com impacto a médio prazo na qualificação institucional. O Conselheiro José Pedro Silva salientou também as condicionantes nas infraestruturas da ESEC, uma vez que as instalações disponíveis são limitadas e, em

alguns casos, inadequadas para suportar uma oferta formativa de qualidade — o que, por si só, gera constrangimentos. O Conselheiro referiu ainda a questão dos instrumentos de incentivo à investigação, notando que já existe um mecanismo — a dispensa trienal para docentes — que, se aproveitado, pode contribuir para estimular a investigação que se possa refletir a médio prazo na qualificação dos Centros. Em relação à comunicação, o PIPC informou que 80% dos documentos relevantes estão disponíveis no site, que todos os serviços estruturais fazem relatórios trimestrais que são apresentados ao Conselho de Gestão e ao Conselho Geral e depois são disponibilizados no portal, salientando que o nível de transparência a que estamos obrigados é muito alto e que toda essa informação pode ser consultada no site. O PIPC salientou o trabalho feito do ponto de vista da informação, nos últimos oito anos, que teve um impulso enorme, tanto na comunicação externa, como na comunicação interna, lembrando que o IPC tem um Jornal com tudo o que de mais relevante é feito na Instituição. Relativamente aos estímulos para a investigação, o PIPC referiu que o orçamento é muito baixo e que não permite grandes incentivos, mas que há opções que podem ser tomadas, deixando a sugestão aos CTC das Escolas que reduzem a carga letiva por exercício de cargos nos órgãos de gestão, de deixar de o fazer e conceder sabáticas. Sobre as instalações, o PIPC informou que há dois projetos que não foram realizados, mas que gostaria de deixar preparados: o Polo 2 da ESEC, que tem um comprador interessado, o que pode ser um princípio de resolução do problema, e a nova escola da ESTGOH que acredita que dentro de dias possa anunciar que o IPC tem financiamento para o primeiro edifício, sendo os outros dois edifícios recuperados pela Câmara de Oliveira do Hospital. Pelas dezasseis horas e cinquenta minutos ausentou-se da reunião a Conselheira Maria Fernanda Antunes. A Conselheira Fernanda Coutinho identificou duas omissões a corrigir no RA: na página 19 não há qualquer referência ao RCM2+ - Centro de Investigação em Gestão de Ativos e Engenharia de Sistemas, e na página 181 não é feita qualquer menção ao projeto em copromoção designado por HUMYK (CENTRO2030FEDER-01180100), omissão já identificada aquando da apreciação do RA do ISEC pelo Conselho do ISEC. A Conselheira considera ainda que, atendendo ao volume e relevância da informação do Gráfico 2 (página 28), a legenda deve ser melhorada de modo a facilitar não apenas a leitura e interpretação do gráfico, mas também a compreensão da razão pela qual a última coluna apresenta o valor 137. Questionou também o PIPC sobre a efetiva vantagem para a Instituição em proceder à adjudicação de viagens e alojamento a uma agência de viagens, sobretudo tendo em consideração que os preços praticados por esta são, em regra, superiores aos que poderiam ser obtidos através de uma contratação direta dos serviços. O PIPC esclareceu que o RCM2+ não consta no RA porque formalmente não existiu em 2024, mas apenas em 2025. Em relação à omissão do projeto HUMYK informou que os dados vêm do relatório da Escola, mas que pode ser corrigido. Quanto às viagens, o PIPC

concorda que não ganhamos nada na adjudicação através de uma agência, mas que é obrigatório por lei fazer um concurso para o efeito, não sendo possível comprar viagens diretamente devido à impossibilidade legal de fracionar despesa. Pelas dezassete horas e cinco minutos ausentou-se da reunião a Conselheira Elisabete Neves. Usou da palavra o Presidente da ESEC, Rui Antunes, para partilhar a sua reflexão sobre a forma como temos trabalhado os Planos de Atividades (PA) e os Relatórios Anuais (RA), tendo observado uma grande evolução neste processo, considerando que é agora necessário rever a forma como definimos os indicadores e as metas, com os dados recolhidos ao longo dos últimos quatro anos. Considera também que é essencial questionar a forma de medição: se um objetivo é falhado por uma diferença de 1%, isso pode distorcer a avaliação. Entende ainda que nem todos os objetivos têm a mesma importância e que apenas os objetivos concretizados e estrategicamente relevantes devem passar a ser considerados. Referiu ainda que os estatutos já exigem que os planos das escolas estejam alinhados com os objetivos estratégicos do IPC, mas que, no entanto, nunca foi elaborada no CG uma definição clara das grandes opções estratégicas e que o CG devia assumir o papel de definir essas orientações estratégicas às quais os PAs, das escolas e do IPC, teriam de obedecer, o que contribuiria para uma maior convergência naquilo que é importante para a Instituição. Sugeriu que o CG discuta e aprove as opções estratégicas para o ano seguinte e que aprove também a dotação orçamental de cada escola. Terminada a discussão destes pontos, o PCG recordou que foram previamente disponibilizados os pareceres dos membros externos sobre as Contas (Doc. 7) e sobre o RA (Doc. 8). O PCG colocou as contas consolidadas do IPC de 2024 a votação, tendo as mesmas sido aprovadas por maioria dos conselheiros presentes, com dezoito votos a favor e nove abstenções dos Conselheiros Artur Mateus, Carla Henriques, Cristina Galhano, José Pedro Silva, Maria do Carmo Martins, Margarida Diogo, Mário Sacramento, Nuno Cid e Pascoal Martins da Silva. De seguida o PIPC colocou o RA do IPC de 2024 a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria dos conselheiros presentes, com quinze votos a favor e onze abstenções dos Conselheiros Artur Mateus, Carla Henriques, Cristina Galhano, Helder Santos, José Pedro Silva, Maria do Carmo Martins, Margarida Diogo, Mário

Sacramento, Nuno Cid, Pascoal Martins da Silva e Susete Fetal. Os Conselheiros Carla Henriques, Cristina Galhano, José Pedro Silva, Mário Sacramento e Nuno Cid fizeram as declarações de voto que se anexam à presente ata (Doc. 9, Doc. 10 e Doc. 11). -----

----- **Ponto 5 – Outros assuntos.** Não foram discutidos outros assuntos. -----

----- Antes de concluir a reunião, o PCG agradeceu ao PIPC, em nome do CG, os dois últimos mandatos e o serviço à causa pública. O PIPC agradeceu e desejou felicidades para o próximo quadriénio, fazendo votos que sejamos capazes de desenvolver o politécnico. -----

----- Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião pelas dezassete horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata que, depois de ter sido circulada por todos os Conselheiros presentes e por eles aprovada, é assinada pelo Presidente do Conselho Geral e por mim, Ana Cristina Abreu, que a secretariei.

Filipe Pecen